

Antônio

Camaradas,

Cumpra-me, na minha qualidade de Secretário-Geral do Partido, apresentar, em nome do Comité Executivo da Luta, um Relatório Geral sobre a nossa actividade.

Antes, porém, de o fazer queria saudar todos os membros do C.S.L., e em primeiro lugar o camarada Luiz Cabral, nosso Secretário-Geral Adjunto, e os demais membros do Secretariado Permanente do C.E.L..

Sei que todos os camaradas têm plena consciência da importância desta reunião, na qual devemos fazer um balanço da nossa actividade e traçar vias para a continuação do nosso esforço no sentido da realização dos objectivos do nosso Partido.

Dada a importância que reveste esta reunião do C.S.L. achamos útil que ela fosse precedida de algum trabalho preparatório. E com esse objectivo fizeram-se alguns encontros na Praia e em Bissau, nos quais foi elaborado o projecto da ordem de trabalhos que nos foi submetido. Desses encontros resultou também a base deste Relatório Geral que vai ser um documento de trabalho da nossa reunião.

Penso que o esforço feito no sentido da preparação desta reunião foi útil, embora as nossas dificuldades e ocupações nos mais não tenham permitido que ele fosse tão desenvolvido quanto seria desejável. De qualquer modo, o facto de termos feito já

.../...

alguma preparação para a reunião é algo de novo nos nossos hábitos e esperamos que ele constitua um precedente a observar no futuro o que é exigido pela complexidade dos problemas que se põem na nove fase da nossa vida e pelas enormes responsabilidades que temos hoje à frente dos nossos Estados.

Achamos bem dividir o nosso Relatório em duas partes. Na primeira, debruçar-nos-emos sobre questões da vida do Partido, nos seus diversos aspectos. Numa segunda parte abordaremos problemas já mais ligados à acção dos nossos Estados, tanto no plano interno como no plano internacional.

Esperamos que as considerações que aqui se farão possam lançar a discussão sobre os problemas que nos preocupam nesta hora. Que essa discussão seja franca e profunda, como é hábito nas nossas reuniões.

Teremos assim, dado, após a libertação total das nossas terras, mais um passo no sentido da realização integral do Programa Maior do nosso Partido : no sentido da construção da Unidade de Guiné e Cabo Verde e da construção de uma vida de progresso, de justiça e de paz para todos os filhos das nossas terras.

1ª PARTE

I. ACÇÃO POLITICO-ORGANIZATIVA

Fazer o balanço da actividade geral do Partido no periodo post-independência significa, antes de mais, descrever o processo do seu próprio crescimento no periodo considerado. E é intuitivo que tal descrição não é possível se não partirmos da caracterização do que era o Partido como corpo - isto é, como massa organizada - no periodo da luta armada de libertação nacional.

O Partido, cujo vigésimo aniversário é festejado este ano, foi fundado em 1956. Tendo-se fixado desde a sua fundação, objectivos e principios bem precisos, foi segregando, na acção quotidiana exigida pela luta, e ao longo deste, modelos de organização que, em diferentes etapas, eram recomendados pelas realidades sempre em transformação. O facto, ainda, de essas realidades apresentarem características totalmente diferentes na Guiné - onde a luta tomou a forma armada - e em Cabo Verde - onde ela se fez por processos exclusivamente politicos - determinou que, em cada um dos nossos países, tivéssemos chegado à independência com esquemas de organização representando fases diferentes de desenvolvimento das estruturas partidárias.

1. A nível nacional da Guiné

Assim, na Guiné, o desencadear da luta armada em 1963, com a conseqüente libertação de extensas áreas onde a presença da autoridade colonial foi eliminada, cedo impôs ao Partido responsabilidades caracterizadamente administrativas " lato sensu" em re-

.../...

lação a massas sempre crescentes da população. Assumindo essas responsabilidades, o Partido acrescentou às suas tarefas caracterizadamente partidárias (de acção política), funções que, definindo sectores das actividades de Estado, levaram à sua caracterização como um "Partido - Estado".

Nas áreas controladas pelo estado colonial, o Partido manteve, porém, o seu carácter de organização exclusivamente política, agindo na mais estrita clandestinidade, nunca se tendo verificado o aparecimento - como foi o caso em outras experiências - de uma acção administrativa paralela exercida pelas estruturas partidárias.

Deve, por outro lado, notar-se que a hemorragia que representou para as estruturas clandestinas (que em certo período tiveram algum vigor em Bissau) a saída de militantes e responsáveis para as frentes de combate e para o exterior ; a repressão violenta exercida pela famigerada PIDE/DES, que teve como consequência o assassinato e prisão ou a neutralização de muitos membros do Partido ; e traição de um número importante de filhos da nossa terra, até mesmo de alguns altos responsáveis das estruturas clandestinas, que se juntaram ao inimigo, permitindo a criação de uma rede vasta, activa e eficaz de agentes e informadores, tudo isso determinou que, no momento da independência, a organização do Partido já tivesse sido praticamente destruída na cidade.

A proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, a 24 de Setembro de 1973, a situação na Guiné, era, portanto, a seguinte :

1. O Partido, com as características de organização de massa que definem o movimento de libertação nacional, dispunha de uma organização sólidamente estruturada ao nível das regiões libertadas. A solidez dessas estruturas não significa, no entanto, que elas fossem já "estruturas acabadas", isto é, que elas tivessem já atingido, nas regiões libertadas, todas aquelas características que definem o modelo de Partido que queremos construir, em que a participação de base na decisão é garantida, nos diversos níveis, através de um esquema democrático de organização e funcionamento, o qual pressupõe a existência, ao lado de cada comité, de uma Assembleia de Delegados do nível inferior, que o elige e controla e de que ele é o executivo. Não existem, portanto, Assembleias ou Conferências nos níveis intermédios, as reuniões de tabanca eram simples reuniões de população e não assembleias de grupos de militantes, e os comités - à excepção do comité de base - eram designados pela cúpula do Partido.

2. Através das estruturas referidas, o Partido exercia, nas regiões libertadas as responsabilidades dum verdadeiro Estado. Era, portanto, como alguém o chamou, um Partido-Estado.

3. Ao nível do território ainda ocupado (e de Sissau em particular), o aparelho do Partido tinha sido praticamente desmantelado, o que não exclui a existência, nesses áreas, de militantes dispersos e isolados (ou com contactos esporádicos com a Direcção do Partido) e, em geral, ultrapassados politicamente e ideologicamente.

A proclamação da independência da República da Guiné-Bissau (isto é, a proclamação da existência de um Estado soberano na Guiné e cujo território cobria todo o país, tal como é definido pelas suas fronteiras actuais) é um marco importante na evolução das nossas estruturas.

Com efeito, tendo completado as estruturas estaduais, a nível central, com a eleição da Assembleia Nacional Popular e com a designação, por este, de órgãos políticos e governativos (Conselho de Estado e Conselho dos Comissários do Estado), foi, ainda, ao Partido, teoricamente um apoio do recém-criado Comissariado do Estado do Interior, que coube fazer o esforço no sentido da instalação dos órgãos de administração local (Comités do Estado da Região e do Sector), nos quais foram mobilizados responsáveis cuja experiência de administração da população tinha sido acumulada, durante a luta, através da participação nas estruturas do "Partido-Estado".

O curto período que medeia entre a proclamação do Estado (Setembro de 1973) e a cessação das hostilidades, que se seguiu ao derube do governo fascista português, em Abril de 1974 - apenas sete meses -, explica o pouco caminho percorrido no sentido da instalação do Comités do Estado a nível local, isto é, do aparecimento, ao lado dos Comités do Partido, do Sector e da Região, de estruturas estaduais distintas.

De um modo geral pode dizer-se que, a nível do Sector e da Região, a identidade "Partido-Estado" se manteve para além da proclamação da independência, tendo mesmo sido reforçada, após a cessação das hostilidades e até à libertação total do país (mês de Outubro

de 1974), com a criação de comités politico-administrativos (portanto, do Partido e do Estado) que assumiam as responsabilidades do controle das áreas progressivamente deixadas pela tropa colonial de ocupação no seu movimento de retirada para fora do país. Por outro lado, a necessidade do envio de quadros para as áreas recentemente ocupadas, e fim de integrar os reforçados comités politico-militares, impôs, praticamente, a paralização - se não a dissolução -, das antigas estruturas locais do Partido e do Estado.

Uma nova etapa iria iniciar-se com a instalação, em Bissau, da Direcção do Partido e do Estado da Guiné-Bissau e, particularmente, com a designação de Presidentes para os Comités do Estado de cada uma das oito Regiões.

O Comité do Estado da Região, que é simultaneamente um órgão de administração local e um órgão local de administração central, é constituído, de acordo com o modelo adoptado da Administração, pelo Presidente e pelos chefes dos diversos serviços administrativos que representam, na sede de Região, os vários Comissariados do Estado. Tendo sido principal razão da sua criação o respeito pelo princípio de direcção colectiva, o Comité do Estado deve funcionar, por definição, como um corpo coletivo que é, a existência de um primeiro responsável - o Presidente - não lhe retirando esse carácter

Na prática, porém, verificou-se que os Comités do Estado não têm, em geral, funcionado como tais, sendo os assuntos locais tratados pelo Presidente ou pelo Chefe do serviço interes-

sado, em conjunto ou separadamente, frequentes vozes verificando-se a subida dos respectivos processos para a instância superior, em Bissau, sem que eles tenham sido abordados colectivamente pelo Comité Regional.

Esta é uma das carências já verificadas no aparelho administrativo, na Guiné-Bissau, que o Governo tem procurado eliminar, estimulando os responsáveis regionais e observarem o princípio de direcção colectiva fazendo funcionar o seu Comité como um corpo colectivo, o que é fundamental para a sua existência real.

Acontece, ainda, que, pela sua própria composição, que atrás descrevemos, o Comité do Estado, não é, necessariamente, um "Comité do Partido", no sentido de que não é um órgão constituído exclusivamente por responsáveis do Partido, neles participando, em geral - e por inerência -, quadros simplesmente administrativos, em muitos casos quadros vindos do velho aparelho de Administração colonial e que, portanto, não dão necessariamente mostras de identificação com a luta.

Assim sendo, pode dizer-se que, inexistindo hoje, ao nível da Região, uma estrutura própria do Partido, as estruturas regionais do Estado não podem, pela sua composição e pela forma como têm funcionado, preencher essa lacuna, não sendo possível hoje, dada principalmente a participação de elementos "sem-partido" nos órgãos regionais do Estado, as soluções de tipo híbrido que definirem, no passado, o Partido - Estado.

É evidente que as considerações que precedem não devem, em caso algum, ser entendidas como a constatação da inexistência de uma

actividade partidária a nível regional. Além de lavar em erro, quem tal concluisse cometeria uma injustiça em relação aos responsáveis do Partido que fazem parte dos Comités de Estado, os quais têm, na sua actividade, agido como militantes e responsáveis, em geral dinâmicos, do Partido, promovendo frequentes reuniões de massas, transmitindo a estas a palavra do Partido e levando, até aos órgãos centrais de direcção, a palavra da base.

Uma referência especial merecem, do resto, os responsáveis regionais do interior que, tendo assumido a responsabilidade de mobilizar e organizar vastas massas populacionais ainda recentemente controladas pela tropa colonial, fizeram um trabalho verdadeiramente notável, promovendo a necessária agitação política e suscitando o entusiasmo dessas populações, as quais dão hoje, incontestavelmente, o seu apoio ao Partido e à sua direcção.

As nível abaixo da Região a situação no interior é fundamentalmente a seguinte :

O Comité do Sector, que é, quase sempre, exclusivamente constituído por responsáveis do Partido formados na luta, tem muitas funções híbridas, configurando-se como um órgão político-administrativo. É a figura do Partido - Estado que sobrevive ainda a esse nível, três anos após a proclamação da independência.

Do resto, agindo como estrutura do Partido, o Comité do Sector continua a ser apoiado pela acção eficaz dos "Colaboradores" e, por ocasiões, pela actividade das Brigadas Políticas expedidas pela Direcção do Partido para os sectores em que a situação tem exigido a intensificação do trabalho partidário junto das populações.

São existindo órgãos do aparelho do Estado até ao nível do sector, como se apresenta a situação abaixo desse nível ?

Em algumas das Secções do Norte, em que existiam comités do Partido durante a luta armada, ainda se encontram activistas ("responsáveis da secção"), antigos membros desses comités, cuja situação não se encontra regularizada. Não tendo sido absorvidos pelo aparelho do Estado, muitos desses activistas, na sua maioria antigos combatentes das FARP, não foram também "profissionalizados" pelo Partido, e cujo serviço se mantém, vivendo em condições precárias. Trata-se de um problema que tem ultrapassado a capacidade material de solução dos responsáveis locais e ao qual a Direcção do Partido deverá dedicar, com urgência, a melhor atenção.

Não se considerando o caso, a resolver, desses activistas, pelo dizer-se que a actividade partidária não está profissionalizada a nível da secção. O Partido tem vindo, porém, a organizar-se a esse nível, através da criação de comités de secção em áreas em que não existiam fenómenos que recebeu um grande impulso com o esforço de estruturação do Partido nos centros urbanos e nas áreas rurais ainda recentemente ocupadas pela tropa portuguesa.

Na base, a organização do Partido sofreu importantes alterações quantitativas, com a sua implantação em novas áreas rurais e nos centros urbanos. Hoje o aparelho do Partido cobre todo o espaço nacional da Guiné, estando ele presente, ainda que, em alguns lados, de forma ainda não perfeita, (no aspecto da organização ou no do funcionamento), em todas as Tabancas e em todos os bairros das nossas praças.

Consideração à parte morosa a situação na cidade de Bissau :

Como se disse atrás, durante os longos anos de luta de libertação nacional o aparelho clandestino do Partido foi praticamente desmantelado pelo inimigo na capital ocupada.

Quando, após o derrube do último governo colonial-fascista português, foi possível iniciar-se, em Bissau, uma actividade partidária aberta, os responsáveis encarregados de aí organizar o Partido iniciaram o cumprimento da sua tarefa praticamente a partir do nada. Puderam, no entanto, lançar mão de alguns velhos militantes, muitos dos quais tinham conhecido torturas e humilhações nos calabouços colonialistas, iniciando com eles a actividade de que iria permitir a constituição de comités a nível dos diversos bairros de Bissau.

Essa acção, que foi de certo modo facilitada pelo ambiente geral de entusiasmo suscitado pela libertação total do país, sofreu, em contrapartida, os prejuízos resultantes da infiltração de elementos oportunistas, infiltração facilitada pelo referido ambiente. As carências, já referidas atrás, de formação política e ideológica da maioria dos velhos militantes do Partido, foram outro factor que prejudicou o desenvolvimento das estruturas recém-criadas em Bissau, o qual, ainda hoje, exige um esforço da Direcção no sentido da sua superação. Este esforço é tanto mais necessário quanto é certo que Bissau obriga, sem dúvida, a parte mais alienada da nossa população, aquela que, minada por teras de toda a ordem, originadas no contacto com uma tropa co-

ional ruída pelo vício, constitui, sem d vida, o sector mais difi-
cil, do ponto de vista político, das nossas popula es.

Consciente das carências de organiza o aqui apontadas, a nível
do Sissu e do interior, a Direc o do Partido adoptou algumas modi-
das :

Assim, a designa o, no mês passado, de Secretários Regionais
do Partido, obedeceu   preocupa o de dar   actividade do Partido
nas regiões o quadro organizativo indispensável ao seu desenvolvi-
mento e ao exercício de um controle real dessa actividade pelas es-
truturas hierárquicamente superiores.

Com efeito, o Secretário da Região   um elemento profissional,
um funcionário do Partido. Devendo dedicar-se exclusivamente   ac-
tividade partidária, a sua presença na região, onde as preocupa-
 es administrativas absorvem, ao menos em grande parte, as en-
ergias dos outros responsáveis, deve trazer consigo um importante
aumento da capacidade real da ac o do Partido, seja no plano da
organiza o e do controle, seja no da agita o e da mobiliza o
das massas.

A designa o de Secretários regionais visou, em primeiro lugar,
o objectivo de cria o dos comit s regionais do Partido

De acordo com a orienta o adoptada - a qual se baseia na ex-
periência adquirida durante a luta, que não recomenda, ao menos por
enquanto, um tipo de direc o bicef lica a esse nível -, o Comit 
Regional do Partido deve ter por Presidente, o Presidente do Comit 
do Estado da Região (que   sempre um responsável do Partido e, mui-
tas vezes, membro do C.S.L.). A equipa constituída pelo Presidente

do Comité e pelo Secretário Regional deveria propôr à direcção do Partido a designação de outros responsáveis que, residindo na região, deverão com eles constituir o comité regional.

Espera-se, por esta forma, ver renascer, em breve, os Comités Regionais do Partido, estrutura tradicionalmente existente na nossa organização, prevista nos Estatutos em vigor e cuja necessidade não carece de explicações demoradas.

Ao Secretário Regional do Partido, sob a orientação do respectivo Comité Regional e dando execução às palavras de ordem e instruções da Direcção, cabe, igualmente, impulsionar e reorganizar e a reactivação dos Comités do Sector e, de um modo geral, da actividade partidária nos sectores, assegurando o controle regional e a ligação com as instâncias superiores do Partido

Dada a enorme tarefa de reorganização que se impõe nas regiões, caberá aqui perguntar se a existência, a nível da região, de um único quadro profissional, não é uma medida por demais modesta

É certo que a solução não é fácil, dadas as limitações do carácter financeiro e as limitações, ainda mais difíceis de vencer, do número de quadros disponíveis para a actividade exclusivamente partidária. Que se adopte uma outra solução, um facto se mantém, porém, totalmente válido: a falha da nossa Direcção no esforço de superação das carências de formação dos quadros do Partido, as quais, por seu lado - e apesar das constantes advertências feitas pelo Fundador e Militante N.º 1 -, não se preocuparam com a elevação do nível da sua formação, estando, em geral, nesta nova

fase da nossa vida e de nossa luta, muito para além das responsabilidades que têm de assumir, seja no aparelho do Partido, seja no aparelho do Estado.

Preocupando-se com as carências e falhas de organização a nível do Bissau, a Direcção do Partido decidiu, nos últimos meses do ano passado, a constituição e distribuição, pelos bairros, de "Comissões de Dinamização", compostas, em geral, por três elementos (Membros do C.E.L., do CSL ou responsáveis com experiência de trabalho político, todos residentes em Bissau). Esta solução, ao mesmo tempo que permitia levar aos Comités do Bairro (constituídos por elementos inexperientes, em geral com um conhecimento imperfeito dos Estatutos e do Programa do Partido, com carências ideológicas e pouca capacidade de iniciativa) a colaboração de quadros dirigentes e responsáveis experientes, permitia também dar a estes uma tarefa militante concreta, combatendo-se deste modo, um certo imobilismo - se não uma certa desmobilização - por todos constatada entre os referidos dirigentes e responsáveis, os quais, desde a sua chegada a Bissau, não exerciam praticamente qualquer actividade partidária.

Mostrando não ter compreendido o alcance desta medida e assumindo uma atitude que revela o estado deficiente de sua disponibilidade para as actividades partidárias, muitos dos quadros afectados aos bairros não compareceram nessa nova posto de luta que lhes era indicado pelo Partido.

Isso depois de um longo período em que, por não terem respondido prontamente à chamada da Direcção do Partido, obrigeram esta

a adiar frequentes vezes a realização concreta daquela importante decisão

Urge que o CSL analise do modo crítico e atitude desses dirigentes e responsáveis e, de um modo geral, o estado actual de mobilização dos nossos quadros. Isso porque só, pode, de facto, erogar-se a qualidade do militante do PAIGC aquele que tenha uma actividade real e actual - ainda que não exclusiva - no seio do Partido, independentemente do esforço que, num passado mais ou menos longo, e ainda que com grandes sacrifícios, tenha desenvolvido no quadro da luta de libertação nacional. E não há dúvida que a primeira qualidade que se exige a um responsável ou a um dirigente é a de ser um militante exemplar do PAIGC.

Considera-se que, apesar da falha aqui apontada, a participação dos quadros superiores do Partido nas actividades de base teve resultados positivos - ainda que variáveis de bairro para bairro -, de acordo com o maior ou menor esforço aí dispendido pelo que se chamou "Comissões de Dinamização". Importa prosseguir a experiência, corrigindo os erros e falhas e estimulando as iniciativas. Impõe-se, principalmente, que as "Comissões de Dinamização" exerçam uma certa auto-vigilância, no sentido de combaterem qualquer tentação a substituírem-se ao Comité do Bairro, o que significaria a destruição do organismo de base como tal. Cabe, principalmente, a essas Comissões, estimular e auxiliar o esforço de superação que devem fazer os membros destes comités com vista à elevação do nível da sua formação política e ideológica, condição indispensável para que possam assumir plenamente as suas responsabilidades.

A Direcção do Partido competirá apoiar esse esforço, criando e oferecendo a esses elementos a possibilidade de adquirirem e desenvolverem a formação de base indispensável ao exercício consciente das suas responsabilidades junto das mesas e mobilizar ou já mobilizadas em torno do respectivo comité

~~Não existem, na Guiné, estruturas~~

Não existem, na Guiné, estruturas próprias a nível nacional (do tipo que preencha, em Cabo Verde, a Comissão Nacional de Cabo Verde). Os efeitos dessa carência, que se tornaram mais agudos com a prolongada ausência, da Guiné, do Secretário-Geral do Partido, após a sua tomada de posse do cargo de Presidente de República do Cabo Verde, não puderam ser evitados com a medida, que se adoptou nessa perspectiva, de criação de uma Comissão de Organização

Pela missão de que foi incumbida, a Comissão de Organização, instrumento de acção da Direcção do Partido, deveria preencher, ao menos em parte, a insuficiência de organização notada a nível nacional da Guiné. A ela caberia, a esse nível, a orientação da actividade organizativa e de controlo, em todo o país, de dele emanar do ordens e instruções para os escalões inferiores e de ela pres- tando directamente contos os responsáveis do Partido do nível regional. Através do aparelho do Partido, a Comissão de Organização deveria, assim, manter-se em dia com a situação em todo o país, tanto do ponto de vista da organização interna e da actividade do partido, como no que respeita a todos os aspectos políticos e outros, que intercesam à vida do Estado e das populações

A Comissão de Organização não cumpriu a sua missão, por razões que o CSL não pode deixar de analisar de maneira crítica. Essas razões não deixarão certamente de ter estreita relação com o fenómeno constatado da diminuição da atenção efectivamente dedicada por alguns quadros à actividade do Partido, situação que urge combater e que não pode, em caso algum, ser explicada por prioridades exigidas por responsabilidades assumidas nos quadros do aparelho do Estado.

Independentemente das razões ligadas à conduta partidária dos seus membros, importa também analisar se certos factores - esses objectivos - não condenaram a Comissão de Organização, à partida, a falhas na sua acção. Importa, nomeadamente, não só analisar a experiência da Comissão de Organização, mas também, ter em conta a longa experiência da nossa luta. Assim procedendo, somos levados a concluir que não devemos manter a Comissão de Organização nos moldes actuais - com os actuais ou com outros membros - sendo preferível, em lugar de uma Comissão desse

.../...

tipo, criarmos um Departamento de Organização e Controle, encabeçado por um dirigente profissionalizado.

Esse Departamento de Organização e Controle seria, evidentemente, um organismo da Comissão Nacional da Guiné, cuja criação nos parece indispensável, e em cujo seio se poderia constituir outros departamentos para domínios específicos.

Dada a necessidade de os responsáveis do CSL, terem uma actividade dirigente permanente e concreta, a Comissão Nacional da Guiné deverá absorver a totalidade dos membros do CSL aí residentes. A fim de garantir a eficácia da Comissão Nacional e a coordenação da actividade dos seus diversos Departamentos, deverá, porém, criar-se, no seio da referida Comissão, um Secretariado Permanente que será constituído pelos chefes dos Departamentos que a compõem e que funcionará sob a presidência do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta.

No quadro das insuficiências de organização, importa referir outros aspectos que afectam profundamente o funcionamento do aparelho do Partido. Trata-se de insuficiências que não são novas - que existiram desde sempre -, mas a que é fundamental pôr-se cobro para se dar um passo em frente qualitativo no aperfeiçoamento da nossa organização.

Assim, de um modo geral pode dizer-se que o nosso Partido, na Guiné, continua a viver "sem papéis". São raras as instruções

que se transmitem sob a forma escrita, o que muitas vezes traz como consequência uma errada transmissão ou interpretação da decisão a executar ; tratando-se de uma decisão cuja execução deve ser garantida por diversos organismos, é raro elaborarem-se e distribuirem-se circulares que garantam a fidelidade da compreensão e a uniformidade de execução da mesma ; continuam as instâncias a lamentar-se, como no tempo da guerra, da falta de zelo dos escalões inferiores em enviar relatórios sobre as suas áreas e sobre as suas actividades, embora a mesma ausência de zelo as caracterize no que respeita à informação devida às instâncias que, por sua vez, lhes são superiores ; etc., etc..

Esta situação, sem dúvida, prejudica gravemente o desenvolvimento normal da actividade de quem é dirigido, ao qual retira a possibilidade de referência a escritos que fixem as modalidades da sua acção. Ela não é, porém, menos dramática para o dirigente que, mantido na ignorância da realidade em que deve dirigir, se sente angustiada e incapaz de cumprir cabalmente as responsabilidades de que está investido.

É urgente pôr-se cobro a essa situação.

Foi a consciência dos prejuízos que acarretava à sua acção a ignorância, em que tal situação a mantinha, da situação no interior, que levou a Direcção do Partido a designar, ainda em 1974, delegados seus a que deu a tarefa de contactar, inspecionar e orientar periodicamente os organismos regionais do "Partido-

Estado", submetendo-lhe regularmente relatórios sobre a sua actividade. Essa decisão era tanto mais importante quanto é certo que, tendo assumido altas responsabilidades no Governo ou na Administração Central, os dirigentes do Partido, deixando-se em geral absorver pelos problemas a solucionar em Bissau (ou deixando-se absorver por Bissau), tinham, salvo raras excepções, voltado as costas às áreas do interior.

Sabe-se os fracos resultados de tal medida. Poucos foram os delegados da Direcção que dedicaram ao cumprimento dessa responsabilidade a atenção e o interesse que se impunham, evocando ocupações que, no quadro das suas responsabilidades ao nível do Estado, diminuía a sua disponibilidade para as tarefas partidárias.

Importa que o CSL aprecie o real valor das razões evocadas, criticando o comportamento de uns e outros. Mas importa, principalmente, que se ponha cobro à tática antiga de não se fazer canalizar para as instâncias superiores, sob a forma de relatórios simples mas completos e, sobretudo, frequentes e regulares, a informação indispensável ao exercício consciente, real e eficiente da responsabilidade de dirigir, que têm as instâncias superiores.

São também insuficiências nossas herdadas do passado, a que ainda não conseguimos pôr cobro, a inexistência de um ficheiro central organizado dos nossos militantes e de um serviço de distribuição de cartões do militantes. Por essas razões, o Secretariado-Geral do Partido, nos moldes em que funciona actualmente,

está nomeadamente impossibilitado de cumprir cabalmente a responsabilidade que lhe deu a Lei nº 5/75 na organização dos processos dos "Combatentes da Liberdade da Pátria". Esta também a razão pela qual a Direcção do Partido está na impossibilidade de apresentar dados estatísticos seguros através dos quais o CSL pudesse apreciar, mais objectivamente, a dimensão e o dinamismo do nosso Partido, a nossa penetração nas massas populares e a nossa capacidade mobilizadora, em suma, a nossa força como guia do nosso povo nesta nova fase que vivemos da realização do Programa Maior do nosso Partido.

O Conselho Superior da Luta deverá também discutir e tomar decisões em relação a duas questões de extrema importância que são :

- a questão da organização do Partido no seio das Forças Armadas ;
- a questão da organização do Partido nos locais de trabalho e, em particular, nas Repartições e Empresas do Estado.

O Partido não está ainda organizado ao nível das Forças Armadas, o que não significa que não haja, nos corpos militares, reuniões e outras actividades de carácter partidário. Cabe, no entanto, fixar o modelo de organização que deve ser adoptado nesses corpos, a fim de que se possa avançar com a implantação de estruturas próprias do Partido no seu braço armado.

.../...

Também se verifica a existência de uma actividade de carácter partidário em alguns serviços e empresas, promovida por responsáveis do Partido que aí trabalham.

Importa encorajar essas iniciativas. Impõe-se, porém, que não se procure desenvolver essas actividades através da admissão precipitada, em estruturas do Partido, de trabalhadores que nunca tiveram uma acção militante que garanta a sua adesão sincera aos nossos princípios e objectivos.

Por outro lado, devendo fazer-se um esforço no sentido da estruturação da organização sindical nos locais de trabalho, pode concluir-se ser mais útil, nesta fase da nossa luta, e a nível do Partido, procurar enquadrar-se os trabalhadores (incluindo os da Função Pública), segundo os locais da sua residência. Uma organização deste tipo permitiria, certamente, levar a contribuição da capacidade do trabalhador à actividade dos comités dos bairros e contrariaria a tendência que se verifica entre os trabalhadores da Função Pública e os empregados mais favorecidos do sector privado, para se constituírem em elites.

A organização do Partido, a nível dos serviços, limitar-se-ia, nesta fase, à existência de células integradas por elementos que respondam à definição de militantes do Partido, que adiante se abordará, e teriam, além das tarefas gerais dadas pelos Estatutos aos organismos de base, tarefas que referiremos no Capítulo em que versaremos as relações entre o Partido e o Estado.

.../...

2. A nível nacional de Cabo Verde

Em Cabo Verde, as estruturas do Partido não sofreram as pressões que a guerra e as exigências da reconstrução das regiões libertadas exerceram na Guiné, onde impuseram a evolução que conduziu ao aparecimento de formas organizativas do tipo "Partido-Estado". Desenvolvendo-se numa clandestinidade absoluta, a luta assumiu, aí, formas puramente políticas. Daí que, no emergir da clandestinidade, após a queda do último governo colonial-fascista português, o Partido apresentasse estruturas muito simples e articuladas de acordo com as exigências das regras conspirativas.

Pouco implantado no Arquipélago, a organização resumia-se a algumas células em Santiago (principalmente na Praia), no Mindelo e em Santo Antão. Na capital do país, um organismo coordenador mantinha-se em estreita ligação com as estruturas clandestinas que o Partido tinha no seio dos estudantes e trabalhadores da Guiné e Cabo Verde, em Lisboa, e, principalmente, através destas, com a Direcção supra-nacional.

As exigências da luta clandestina, que nunca permitiram, até 1974, que o Partido se desenvolvesse em termos de aumento de massa militante, explicam também, em grande parte, o desequilíbrio que se pode constatar entre as componentes sociais dessa massa, a qual englobava, por ordem decrescente de importância, estudantes, alguns pequenos funcionários e poucos trabalhadores.

Resumindo : até 1974, verifica-se um certo enquistamento no corpo do Partido em Cabo Verde, e uma organização com vocação para evoluir no sentido da adopção de formas desenvolvidas de tipo conspirativo clássico.

Após 25 de Abril de 1974, e, principalmente, após o início da 1ª fase das negociações entre o PAIGC e o Governo Provisório Português (Londres e Argel), o Partido iniciou a nova fase da actividade aberta (legal?) no Arquipélago. E na nova conjuntura, as formas organizativas e os processos de funcionamento do período da clandestinidade - que não podiam deixar de ter marcado a organização e os homens - reflectiram-se no desenrolar da luta.

Esses reflexos foram, uns, positivos - resultantes do hábito de organização, do hábito de disciplina, do hábito de exigência de responsabilidades a si próprio e aos outros, do hábito de vigilância, em especial na selecção dos militantes - e outros negativos.

Reflexo negativo foi, por exemplo, a tendência para manter o Partido como corpo fechado, num momento em que a estratégia da luta exigia que ele abrisse e escolhesse novas adesões, assumindo, perante as massas e perante o inimigo, de forma incontestável, a direcção do movimento de libertação nacional.

Directamente ligado com este, podemos apontar um outro reflexo negativo das marcas da clandestinidade : uma certa rigidez

na aplicação dos princípios, uma total falta de experiência e a ausência de tacto nas relações com as grandes massas, o que teve como consequência a desafeição de simpatizantes ou a não aproximação de simpatizantes potenciais, que foram aproveitados pelos grupos oportunistas.

Foi com a chegada dos membros do CSL, vindos da Frente da Guiné, que se começou a pôr de pé a organização do Partido, nos moldes previstos nos Estatutos - esforço que, de resto, ainda se prossegue. No entanto, como resultado de uma acção verdadeiramente dinâmica levada a cabo pelos quadros temperados na luta clandestina, já nessa ocasião (Agosto de 1974) o Partido estava presente em todas as ilhas, onde uma grande agitação política tinha permitido a criação de centenas de células em que se mobilizavam milhares de pessoas. E isso - impõe-se registá-lo -, apesar de muitas falhas e erros cometidos no trabalho de agitação, principalmente por ocasião de comícios em que, interpretando erradamente a linha de orientação da Direcção do Partido, alguns responsáveis deram origem, através de discursos por vezes marcados pela exaltação, a que espíritos pouco esclarecidos passassem a temer o Partido, indo solidarizar-se com traidores e oportunistas, no país ou no exílio.

Após a assinatura do Acordo de Lisboa (Dezembro de 1974), houve que pôr barreiras a uma forte busca de adesão oportunística ao Partido, o que, a permitir-se, teria dado origem a uma

.../...

grande infiltração de elementos estranhos à nossa ideologia.

Foi nesse contexto que teve lugar a Reunião Alargada da Comissão Nacional de Cabo Verde - CNCV - (2 a 10 de Março de 1975), presidida pelo Secretário-Geral do Partido, em que se definiu quem era militante do PAIGC em Cabo Verde. Na mesma ocasião foram fixadas as condições e o processo de admissão no Partido, tendo-se, além disso, criado, nos quadros do Partido, "estruturas de acolhimento" para os chamados "simpatizantes organizados" (candidatos).

A Reunião Alargada, que debateu e fixou a tática a adoptar na nova fase da luta, debruçou-se sobre a generalidade dos problemas (políticos, económicos, sociais, etc., etc.) da actualidade do Arquipélago.

Foi sublinhado a importância da implantação da nossa estrutura organizativa e a do trabalho ideológico como garantia da salvaguarda dos interesses do nosso povo, particularmente das nossas trabalhadoras, a Reunião Alargada tomou importantes decisões no que se refere à organização do Partido.

De entre estas destacamos as seguintes :

1. O alargamento da Comissão Nacional de Cabo Verde que, de 8, passou a ter 33 membros ;
2. A criação, no seio da C.N.C.V., de um Secretariado Permanente de 5 membros e dos seguintes Departamen-

tos :

- Organização e Ideologia
- Secretaria e Coordenação
- Defesa e Segurança
- Relações Exteriores
- Estudos, Planificação e Cooperação

3. Na perspectiva próxima da independência, a Comissão Nacional de Cabo Verde criou, ainda, alguns "Departamentos Para-Estaduais" que funcionavam junto dos mais importantes serviços públicos.

4. A CNCV decidiu igualmente o reforço da acção política e ideológica com vista à consolidação das estruturas do Partido, em particular a nível local (da Região à base). Nessa acção, um papel importante caberia às organizações de massa - cuja criação foi também decidida -, "entendidas como estruturas de integração e participação nos objectivos da luta do Partido, o qual é "a garantia última da defesa dos verdadeiros e legítimos interesses das massas populares".

A Reunião Alargada da CNCV encerrou, sem dúvida, o abrir da nova fase da vida do nosso Partido em Cabo Verde. Foi ela a ocasião do necessário balanço da actividade anterior e da análise da experiência vivida, o que apontou fórmulas e processos e aconselhou a linha de acção que iria permitir o desenvolvimento harmonioso das nossas estruturas em Cabo Verde.

Como na Guiné, também em Cabo Verde as estruturas do Partido não são "estruturas acabadas". Além disso, sempre como na Guiné, o Partido conserva no Arquipélago características de movimento de massas, que ganhou na última fase da luta de libertação nacional.

Hoje, na nova fase que vivemos, a acção a desencadear-se no sentido do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da nossa organização supõe, pois, a resposta prévia a questões fundamentais da tática que devemos utilizar para a realização do objectivo fixado pelo Fundador e Militante nº 1, Amílcar Cabral, e que ele exprime nesta frase que transcrevemos dos seus escritos :

"O nosso Partido talvez seja ainda, na realidade, um movimento. Mas o nosso trabalho tem de ser transformá-lo em Partido cada dia mais."

Dois anos de acção política aberta do Partido em Cabo Verde completam-se agora. No decurso deste período, o Partido estendeu a sua implantação a todo o território nacional, poucas sendo as localidades inóspitas e afastadas dos maiores centros populacionais onde, neste momento, não estão já implantadas estruturas organizativas do Partido. Mais de 1800 militantes e um número ainda maior de simpatizantes estão organizados em Comités do Partido e grupos de simpatizantes, desenvolvendo também a sua actividade, no cumprimento das directrizes e palavras de ordem da Direcção

Superior do Partido, no seio das PAMP, das Milícias Populares, na actividade desenvolvida pelas Comissões organizadoras das organizações de massas (Juventude, Mulheres, Sindicatos), nas Cooperativas, nos Tribunais Populares e em comissões diversas, nomeadamente da acção social e de reordenamento agrário.

A estrutura nacional do Partido, no topo da qual se encontra, como dissemos, a Comissão Nacional de Cabo Verde, engloba cinco regiões (Ilha do Fogo, Santo Antão, S. Nicolau, Santiago e S. Vicente) e quatro sectores autónomos.

À frente de cada Região, encontra-se uma direcção regional, enquanto que, nas restantes ilhas, a direcção das estruturas do Partido é assegurada por Comités do sector autónomos.

Nas Ilhas do Fogo, Santo Antão, S. Nicolau, Santiago e S. Vicente, as regiões dividem-se em sectores, num total de dezasseis.

Os sectores, à frente dos quais existem Comités do sector, agrupam secções num total de 59, cuja actividade é coordenada por comités de secção.

A secção engloba grupos de militantes que, em algumas secções, se agrupam em áreas. Actualmente existem, em todo o Arquipélago, 449 grupos.

Estrutura autenticamente representativa de todo o nacio-

.../...

nal, o Partido engloba no seu seio elevada participação de trabalhadores assalariados (40%), de camponeses (cerca de 10%), de empregados e funcionários (cerca de 40%), de estudantes (cerca de 4%), de representantes de profissões diversas (pequenos comerciantes, domésticas, alfaiates, costureiras, etc.), que constituem a sua base social.

Prática sistemática de alienação da mulher da actividade social e política, herdada do colonialismo, reflete-se, como uma realidade, nas estruturas do Partido, onde apenas cerca de 12% dos militantes são do sexo feminino, sendo a esse respeito notória a diferença entre as ilhas de predominância rural (Fogo, 2,5%, Santiago 9%, Santo Antão 10%,) e as de predominância urbana (S.Vicente 30%, Sal 15% e Boa-Vista 22%).

Outro elemento de importância para um conhecimento da estrutura social do Partido é a sua distribuição por grupos de idade. A esse respeito cerca de 60% dos militantes têm idade inferior a 30 anos, cerca de 35% têm idade compreendida entre os 30 e os 50 anos e os restantes 5% têm idade superior a 50 anos, o que traduz, também, quer a representatividade do Partido, quer o seu dinamismo e vitalidade.

.../...

Em Cabo Verde tem-se desenvolvido a experiência da criação de grupos do Partido nos locais de trabalho, públicos e privados. Trata-se de uma experiência que, estando prevista nos Estatutos do Partido, começou a praticar-se desde que se iniciou a fase da luta posterior à queda do Governo colonial-fascista português, e que, beneficiou das qualidades organizativas ganhas pelos quadros no trabalho clandestino.

No processo que se desenrolou até a assinatura do Acordo de Dezembro de 1974, essa presença do Partido, em estruturas organizadas, nos locais de trabalho, teve uma influência decisiva. Ocorre aqui lembrar que a paralisação do trabalho, em particular na Função Pública, em greves oportunas, foi uma das importantes armas de que se serviu o Partido e que, mostrando a nossa força ao inimigo interno e externo, o levaram a aceitar as justas posições defendidas pela nossa Direcção nas negociações de Lisboa.

Apesar da importância do papel que, como estes factos revelam, as estruturas do Partido nos locais de trabalho estão chamadas a ter em Cabo Verde, essa organização ainda não atingiu o nível desejado. As carencias observadas vêm, justamente, da insuficiência da formação política e ideológica dos militantes em geral e, em particular, dos que, agindo nos serviços públicos, devem confrontar-se com elementos profundamente marcados pela ideologia pequeno-burguesa, muitas vezes com conotações de esudosismo colonialista.

Para fazer face a esta situação, vem-se dando uma atenção especial aos organismos de base nos locais de trabalho.

Assim, para além das reuniões habituais, vêm-se realizando cursos de formação política e ideológica destinados aos funcionários públicos e aos trabalhadores de empresas. Por outro lado, encontra-se actualmente em estudo o projecto da criação de um curso nocturno de formação profissional para funcionários, no qual se incluíram, entre as matérias fundamentais, disciplinas de formação política e ideológica.

Com o mesmo objectivo de elevação do nível político e ideológico nos locais de trabalho - e da própria rentabilidade deste - foram criados, na Praia, a título experimental, "Grupos de Dinamização das Repartições" (GDR). Estruturas mais amplas do que os grupos (ou células) de militantes, a criação dos GDR veio permitir a existência de um quadro em que se organizam centenas de simpatizantes do Partido, os quais foram, assim, enquadrados e mobilizados numa actividade útil tanto do ponto de vista da rentabilidade do trabalho como no do reforço da acção política e ideológica do Partido.

Além das aqui apontadas, outras insuficiências existem no aparelho do Partido, em Cabo Verde, que, sendo insuficiências próprias da fase actual de crescimento do "corpo vivo" e, portanto, em constante transformação, que é o Partido, também se verificam na Guiné. Poderíamos aqui referir, por exemplo, certas carências no processo de funcionamento, nomeadamente na ligação entre as estruturas no plano horizontal como no vertical; uma certa ausência da planificação do trabalho e do hábito de registo das actividades (actas, relatórios, etc); a prioridade muitas vezes dada à discussão dos problemas do foro administrativo, com prejuízo do debate dos problemas mais especificamente partidários, quer no domínio da organização como no político e ideológico; uma certa instância das instâncias superiores em relação à base, etc, etc.

Noutro lugar dissemos que, em Cabo Verde como na Guiné, não dispomos de "estruturas acabadas", apresentando o Partido, num e noutro país, características próprias do movimento de libertação.

Se estas razões explicam, em parte, as carencias apontadas neste capítulo, não é menos verdade que outras resultam do nível da formação política e ideológica dos nossos militantes, matéria de que trataremos mais adiante.

3. A nível Supra-nacional

Procurámos, nas páginas que precedem, dar a ideia do estado actual do desenvolvimento das estruturas do nosso Partido, nos diversos escalões de nível nacional. Procurando descrever o aparelho partidário na dinâmica da sua evolução desde os anos da luta de libertação, foi-nos, já, possível apontar algumas insuficiências nesse plano. Cumpre-nos agora observar de mais perto as suas instâncias supra-nacionais e os mecanismos que as servem.

Antes, porém, queremos exprimir a convicção de que alterações, mesmo quantitativas, a esse nível, exigem um estudo aprofundado e a consideração de factores de ordem política, de eficácia e outros, que impõem o amadurecimento das decisões. Por isso mesmo, embora o CSL pudesse - como no passado e revolucionariamente - alterar o que a respeito dos órgãos supra-nacionais se estabelece nos Estatutos, somos do parecer que se deve deixar essa tarefa ao próximo Congresso - o III -, o qual reunirá, seguramente, num futuro próximo.

A proposta da criação do CSL e do CEL, em substituição dos antigos Comité Central e Bureau Político do Partido, era justificada pelo saudoso camarada Amílcar Cabral com a necessidade de alargamento da Direcção do Partido (Partido-Estado) afim de nela incluir responsáveis que, de facto, exerciam funções dirigentes - nos planos político-militar e político-administrativos - nas várias frentes de luta.

Essa solução, que era exigida pelos condicionamentos da guerra que então vivíamos, tinha, ainda, a vantagem de permitir a admissão na Direcção do Partido de alguns responsáveis vindos dos escalões inferiores, a quem se dava, assim, a possibilidade real de revelar qualidades de dirigente que eventualmente possuíssem.

As razões que então determinaram a alteração introduzida na composição da Direcção Superior do Partido fazem-se hoje sentir de novo, tanto na Guiné como em Cabo Verde, exigindo a revisão da composição dos órgãos dirigentes, de acordo com o princípio do exercício de facto de funções de direcção no aparelho do Partido e dos Estados.

Impõe-se, além disso, que o III Congresso tome decisões com vista a garantir uma representação equilibrada dos nossos dois países nos órgãos supra-nacionais, tendo em conta as tarefas actuais do Partido nos dois Estados e, em particular, a nova situação de paz na Guiné e a forte implantação actual das estruturas partidárias em Cabo Verde.

Trata-se ainda, afinal, da necessidade de fazer evoluir as nossas estruturas de acordo com a realidade que vivemos em cada momento e dentro da qual va-

.../...

nos prosseguir a luta em que nos mobilizámos, pela construção da Unidade e do progresso da Guiné e Cabo Verde.

A carência de um órgão de decisão, de nível nacional, na Guiné - facto de que tratámos noutro lugar -, tem levado, por vezes, à realização de reuniões de membros do CSL ou do CEL em missão nessa frente, reuniões, por vezes, impròpriamente designadas de reuniões dos referidos órgãos supra-nacionais. A realidade, porém, é que, como no tempo da luta armada, o CSL tem observado a frequência estatutária de uma reunião ordinária anual.

Se tal situação não trouxe inconvenientes de maior, o mesmo já não poderá dizer-se da raridade, que se pode constatar, das reuniões do CEL, as quais, a terem-se realizado com maior frequência, poderiam ter evitado alguma descoordenação na actividade dos dois ramos nacionais do nosso Partido e na dos Governos e, certamente, teriam imprimido um ritmo mais acelerado nos passos que estamos a dar no sentido da construção da Unidade, de acordo com o Programa Maior do nosso Partido.

Noutro lugar referimos os efeitos que a ausência prolongada, de Bisnau, do Secretário-Geral do Partido, que acumula as funções de Presidente da República de Cabo Verde, não deixaram de ter sobre o avanço do trabalho partidário na Guiné, particularmente porque a estrutura criada para essa nova situação - a Comissão de Organização - não funcionou convenientemente.

A nível supra-nacional, porém, pode dizer-se que os inconvenientes principais da ausência do nosso primeiro dirigente da sede do Secretariado Geral do Partido vieram do facto de não ter ele disposto, como instrumento

auxiliar da sua acção, de um aparelho de execução eficaz - de um verdadeiro Secretariado -, servido por quadros dirigentes com aptidão para tarefas desse tipo e que a estas se dedicassem exclusivamente.

Pensamos que, apesar das nossas graves limitações em matéria de quadros, devemos fazer um esforço, na nova fase que se abre, para afectar ao serviço exclusivo do Partido - a nível do Secretariado-Geral - pelo menos um quadro que, além das qualidades gerais exigíveis aos membros da Direcção Superior, revele inequívoca aptidão organizativa e a capacidade e autoridade necessárias para agir eficazmente no plano supra-nacional. A ele caberia, nomeadamente, presidir um organismo de coordenação que reunisse, a nível do Secretariado-Geral, os Departamentos de Organização e Controle do Partido nos dois países, dando-se assim, a esse Secretariado-Geral, a sua verdadeira dimensão de órgão supra-nacional e os mecanismos sem os quais não é possível ao Secretário-Geral exercer eficazmente as suas funções.

4. A nível do exterior

Com vista à realização do seu Programa, e com base no que neste se estabelece, o nosso Partido, durante a luta de libertação nacional, fez também um esforço com vista a mobilizar as energias do nosso povo nos meios da emigração, tanto guineense como caboverdiano. Para este efeito, o Partido exerceu uma actividade nos meios emigrados, tendo criado ou encorajado a constituição de Comités de Acção nos principais meios de emigração, nomeadamente em Dakar, Abidjan, Rotterdam, nos Estados Unidos e em França. Também se constituíram grupos de simpatizantes do Partido na Argentina e no Brasil.